

Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália¹

Cláudio Skora Rosty*

Palavras iniciais

É uma grande honra e uma imensa satisfação participar com esse artigo da revista A Defesa Nacional. Neste trabalho, discorrerei sobre as atividades desenvolvidas pela Nação Brasileira diante do maior conflito bélico enfrentado pela humanidade nos últimos tempos, com ênfase na mobilização nacional, na concentração de meios e na organização da Força Expedicionária Brasileira para combater fora do território nacional em defesa da liberdade e da democracia. Mostraremos as experiências vividas pelos nossos “Pracinhas” e os ensinamentos colhidos no campo de batalha.

Introdução

Neste ano, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) completou seus setenta e três anos de atuação nos campos de batalha da Região da Toscana e Emilia-Romagna durante a 2ª Guerra Mundial na campanha da Itália. Dois anos antes, reuniram-se no auditório do Centro de Operações Terrestres (COTER) militares das Forças Armadas pre-

ocupados com a constituição de uma força expedicionária de valor unidade, que poderá evoluir para uma brigada, com a finalidade de ser empregada fora do território nacional. Este artigo foi parcialmente apresentado naquele momento.

Agora mostraremos as atividades desenvolvidas pela Nação Brasileira, diante do maior conflito bélico enfrentado pela humanidade nos últimos tempos, com ênfase, nos aspectos já mencionados.

Historicamente o Brasil elevou-se no conceito mundial pelos grandes feitos dos



Figura 1 – Libertação de Massarosa

Fonte: AHEx

* Cel Inf R/1 (AMAN/75, EsAO/85, ECEME/94), confrade do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Conselho Técnico-Consultivo da Fundação Cultural Exército Brasileiro e consultor técnico-científico em História Militar do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. É historiador militar da Seção de Pesquisa Histórica do CEPHiMEX.



Figura 2 – Crianças italianas cantando a Canção do Expedicionário

Fonte: o autor

soldados brasileiros, nos memoráveis combates contra o experiente soldado alemão. Esses homens souberam combater com heroísmo pela defesa da soberania, pelos nobres ideais democráticos e de liberdade. Várias vilas e cidades foram libertadas, e a população italiana até hoje reconhece a atuação desses heróis.²

Nas escolas primárias, as crianças italianas cantam com entusiasmo a *Canção do Expedicionário*. Constatação ocorrida, em 25 de abril de 2015, por ocasião do *IV Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial*, em Montese, na Itália.

Na fase inicial da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se manteve neutro,³ em decorrência de decisão tomada em outubro de 1939 pelos países das três Américas, representados pelos seus chanceleres, em reunião no Panamá. O propósito era o de se manterem isentos diante dos graves acontecimentos que agitavam a Europa, devido à invasão da Polônia pelos alemães e à efetiva declaração de guerra pela Grã-Bretanha e pela França à Alemanha.

O presidente norte-americano (NA) Roosevelt, reeleito em 5 de novembro de 1940 para um novo período de governo, en-

viou ao Congresso uma mensagem pedindo a aprovação da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend-Lease), que viabilizaria a criação do grande arsenal das tropas aliadas para garantir a democracia.⁴

O Estado Novo de Getúlio Vargas guardava forte viés nacionalista de direita e, ao mesmo tempo, não escondia certo grau de cumplicidade com a causa do Eixo. Vargas escolheu a empresa americana American Steel Corporation, em detrimento da Krupp alemã, para construir a usina da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, passo primordial para a redenção do Brasil no terreno da indústria de base.

O país seguiu sua tendência histórica de alinhamento e compromisso com as Américas, fruto da decisão tomada pelos países americanos na assembleia realizada em Havana, em julho de 1940, após os alemães atacarem os Países Baixos, a França e a Inglaterra.

Em 3 de agosto de 1941, Churchill e Roosevelt firmaram oito princípios, que passaram a se chamar Carta do Atlântico, que deram origem à atual Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945.

Como medida preventiva, reafirmando os princípios da Doutrina Monroe, os países americanos declararam que todo atentado de Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência de um Estado americano, seria considerado ato de agressão contra todos os Estados signatários da declaração. Nesse contexto, o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, teve papel central para o rumo que o Brasil tomaria na guerra. Sua ação diplomática foi fundamental, também, para a política de segurança e solidariedade continental.

Em 7 de dezembro de 1941, quando os japoneses atacaram a base aeronaval de Pearl Harbor,⁵ no Havaí, forçaram os Estados Unidos da América e seus aliados a entrarem naquele conflito. Em um movimento de solidariedade, vinte e seis nações firmaram, em 1º de janeiro do ano seguinte, a declaração:

[...] que cada Governo se comprometa a empregar todos os seus recursos, militares ou econômicos, contra os membros do Tríplice Pacto e seus aderentes com os quais esteja em guerra [...] que cada Governo se comprometa a cooperar com os governos signatários da presente e a não firmar com os inimigos armistícios ou paz em separado.⁶

O Brasil aderiu a esse grupo, comprometendo-se de forma inexorável a atuar com os Aliados contra o Eixo. Durante a sessão de encerramento da conferência, na Cidade do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, Oswaldo Aranha declarou que o país rompia relações com a Alemanha, a Itália e o Japão, dessa forma solidarizando-se com as repúblicas americanas, às quais estava ligado por laços indissolúveis de amizade.⁷



Figura 3 – Oswaldo Aranha

Fonte: AHEx

O Brasil procurou manter-se afastado do conflito, porém, devido ao bloqueio marítimo imposto pela Alemanha com repercussões na costa brasileira, essa situação modificou-se.

O primeiro incidente envolveu o navio mercante brasileiro Taubaté,⁸ que navegava isoladamente entre Chipre e Alexandria, em 23 de março de 1941, ou seja, antes do rompimento das relações diplomáticas. Ele foi bombardeado e metralhado por um avião da Luftwaffe (Força Aérea alemã). Apesar da morte de um tripulante e do ferimento de outros treze — e dos protestos veementes do governo brasileiro —, o governo alemão mostrou-se insensível ao fato. Outros incidentes menores continuaram acontecendo até que o Brasil foi vítima da infame campanha submarina alemã no Oceano Atlântico. O primeiro navio vítima dessa campanha foi o Cabedelo, desaparecido em 14 de fevereiro de 1942, quando se dirigia de Filadélfia, nos Estados Unidos da América (EUA), para o Porto de Cabedelo, no Brasil.

Desse momento até a declaração de “Situação de Beligerância” contra a Alemanha, em 21 de agosto de 1942, mais dezoito navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos do Eixo. Depois dessa data, outros doze foram ao fundo do mar, totalizando aproximadamente um terço da Marinha Mercante Brasileira, e provocando a morte ou o desaparecimento de 469 pessoas, entre tripulantes e passageiros, sendo 121 oficiais e oito comandantes⁹ de navios mercantes.

Em 11 de março de 1942, como medida de represália, o Decreto-Lei Nº 4.166 regulava sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

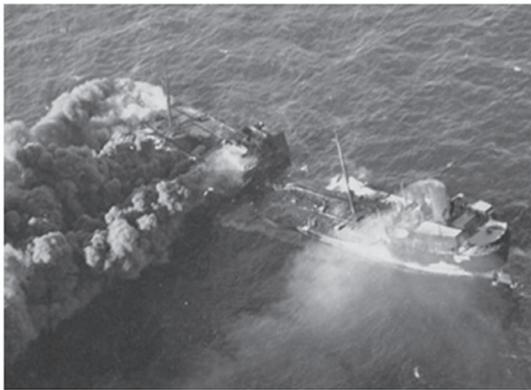


Figura 4 – Afundamento de navios na costa do Brasil

Fonte: AHEx

A Declaração de Guerra à Alemanha e à Itália¹⁰ foi feita no dia 31 de agosto do mesmo ano, com o Decreto Nº 10.358. Contudo, já em 27 do mesmo mês, havia-se reunido pela primeira vez a Comissão Militar Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, deliberando sobre como seria a participação militar do Brasil na guerra. Ficou acertado o seguinte: o envio de um corpo de exército (CEX), a três divisões de infantaria (DI), mais os elementos de apoio, à África ou à Europa; as unidades teriam organização igual às adotadas pela Doutrina Militar Norte-Americana (NA); o envio de uma força aérea expedicionária; o fornecimento de material bélico e artigos de subsistência seriam pelo Lend-Lease, com 50% do material de uma DI entregues no Brasil para treinamento; a participação de oficiais brasileiros em estágios de instrução nos EUA; o envio de militares norte-americanos como instrutores para o Brasil e a justiça militar funcionaria de acordo com as leis brasileiras.

Seguiram-se os decretos Nº 10.451, de 16 de setembro de 1942, de mobilização geral em todo o território nacional, e o nº 4.812, de 8 de novembro, dispondo sobre a requisição de



Figura 5 – Oficiais em estágio nos EUA

Fonte: AHEx

bens móveis e imóveis, necessários às Forças Armadas e à defesa passiva da população.¹¹

Defesa territorial do Brasil

Pela resolução Nº 11, de 1943, da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA, a defesa do território brasileiro e das instalações militares nele existentes ficaria a cargo do Exército.¹² Decorridos trinta e três dias da entrada do Brasil na guerra, o Dec. Nº 10490-A, de 25 de setembro de 1942, criou a “Zona de Guerra Brasileira”. Ela abrangia todo o litoral do Brasil, o vale do rio São Francisco e as águas oceânicas contíguas ao Brasil, no limite de uma faixa de segurança estabelecida pela Declaração do Panamá, e mais a nossa fronteira no Rio Grande do Sul. O restante foi considerado “Zona do Interior”.¹³

A Zona de Guerra foi dividida pelos teatros de operações (TO): Amazônico, Nordeste, Centro-Meridional, Meridional, Mato Grosso e Marítimo, que foram, na prática nominados em função da remota possibilidade de um ataque do Eixo. A exceção foi o TO Nordeste, que organizou um plano de operações, sob a orientação

de seu comandante, general de divisão Estevão Leitão de Carvalho. Esse plano respondia às seguintes possibilidades do Eixo: prática de atos de guerra por forças aeronavais do Eixo contra comunicações marítimas de interesse do Brasil, o que veio a concretizar-se; ações de envergadura contra o Nordeste (Saliente Nordestino) por forças do Eixo, após dominarem a África Oriental e o Atlântico Sul. Em função delas, a defesa do Nordeste e, por via de consequência, a do Brasil e das Américas, devia concentrar-se no triângulo Natal-Recife-Fernando de Noronha.

Para fazer face às possibilidades levantadas de ações do Eixo, o Plano de Defesa do TO¹⁴ Nordeste estabeleceu como missões: impedir o Eixo de estabelecer bases aeronavais no Nordeste; vigiar a costa para assinalar forças do eixo em tentativas de desembarque e ações corsárias; manter a todo o custo as bases aeronavais de Natal e Recife; impedir o Eixo de estabelecer-se em Fernando de Noronha; e manter forte massa de manobra em Campina Grande, capaz de socorrer Natal e Recife.

Para o cumprimento destas missões, o TO Nordeste foi dividido entre a 10^a Região Militar (MA, PI, CE), a 7^a Região Militar sobre o Saliente Nordestino (RN, PB, PE, AL e Fernando de Noronha) e a 6^a Região Militar (SE e BA).

Estas, ao comando sucessivo dos generais João Baptista Mascarenhas de Moraes e Newton Andrade Cavalcanti, dispondo da 7^a Divisão de Infantaria, articulada nos estados de Pernambuco e Alagoas, e da 14^a Divisão de Infantaria, articulada nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, além do Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto de tropas de infantaria, artilharia (de costa e antiaérea), comunicações e engenharia (do 4^o BE Cmb de Itajubá-MG). Em caso de invasão e impossibili-

dade de repelir ou destruir o inimigo, as duas divisões de infantaria deveriam retardá-lo. A 7^a, ao longo dos eixos Recife-Caruaru-Rio Branco e Maceió-União-Garanhuns e até a linha de Resistência Garanhuns-Glicério-Palmare-Vitória-Limoeiro; a 14^a devia retardá-lo nos eixos Natal-Santa Cruz e João Pessoa-Sapê-Campina Grande até a linha Itambé-Cahê-Mamaguape-Vila Nova-Bom Jesus, devendo participar da Resistência na linha Itabaina-Nova Cruz-Serra Caiada.¹⁵

A 14^a DI, ao comando do general de brigada Gustavo Cordeiro de Farias,¹⁶ que tinha por missão, caso o inimigo desbordasse Natal vindo entre Touros e Areia, manter Lages a todo o custo. Em caso de desembarque e vantagem inicial do Eixo, cada núcleo vencido deveria retrair e juntar-se a outro núcleo e assim por diante, à semelhança do que já havia sido feito ao tempo das invasões holandesas.

A defesa do litoral contava ainda, com a Base Operacional da 4^a Esquadra do Atlântico e Base Aérea do Ibura, em Recife; com a Base Naval Secundária de Cabedelo, em João Pessoa, e com a Base Aeronaval de Parnamirim, em Natal.

Ao Destacamento Misto de Fernando de Noronha competia: impedir qualquer desembarque inimigo, principalmente em face da Baía de Santo Antônio; precaver-se contra bombardeios aéreos e navais e impedir a todo o custo que Fernando de Noronha fosse usada como base aeronaval do Eixo, para operações contra o Continente.

O restante das tropas do Exército do TO Nordeste receberam missões de vigiar o litoral e defender os portos e bases militares em Fortaleza, Luiz Correia, São Luiz, Aracaju, Salvador, Itaparica, Ilhéus, Canavieiras, Santa Cruz,

Porto Seguro, Caravelas, Conceição da Barra, Vitória e Marataízes. As maiores concentrações de tropas tiveram lugar em ordem de valor: Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza, Campina Grande (Reserva da 7ª Região Militar), Salvador, Caravelas, Vitória e Aracaju.

O resto da tropa foi distribuído por todo o litoral do Nordeste, em uma linha tênue e descontínua. Várias unidades do Exército foram deslocadas em missões de guerra, do interior para a vigilância do litoral, onde passaram longos e intermináveis dias padecendo de saudades da família e de solidão.

Nos restantes TO criados, houve problemas menores no tocante a operações que se concentraram na proteção de portos, bases militares e vigilância do litoral. Daí no final da guerra haver sido editada lei que passou a ser conhecida como “Lei da Praia”, que trouxe vantagem de mais uma promoção na reserva aos que, durante a guerra, estavam na Zona de Guerra Brasileira.

O Rio São Francisco, mais uma vez devido a sua configuração, comprovou ser o rio da unidade nacional, por assegurar a ligação entre o Nordeste e o Rio de Janeiro, no trecho Juazeiro-BA a Pirapora-MG, a salvo da ação de submarinos, daí ser incluído na Zona da Guerra como rota de suprimento.

O dispositivo de defesa do TO Nordeste foi desenvolvido e aperfeiçoado até meados de 1943, quando ficou reduzida a ação do Eixo no norte da África e com inexpressiva ação de submarinos no nosso litoral, a partir de agosto de 1943. Milhares de militares do Exército cumpriram, por quase um ano, na solidão e desconforto das praias do imenso litoral brasileiro, a missão de guerra que lhes foi imposta “defender e vigiar o litoral brasileiro”.

A mobilização nacional

O Brasil passava por séria crise econômica desde a década dos anos 1930. O chanceler Oswaldo Aranha, desde 1939, já havia emitido recomendações ao presidente sobre medidas para a mobilização do país. Medidas relativas à arregimentação da opinião pública; economia de combustíveis e de trigo; regularização das obrigações internacionais; constituição de estoques; e racionalização do consumo de produtos indispensáveis e proibição da exportação de ferro. As exportações cresceram em quantidades brutas e diversificaram-se. Para os Estados Unidos, por exemplo, o Brasil passou a exportar, com exclusividade, em obediência aos acordos firmados, além do café, matérias-primas estratégicas, como a borracha, o babaçu, a cera de carnaúba, o quartzo, a mica, a tantalita, o berilo etc.

O presidente Vargas criou a Coordenação da Mobilização Econômica, em 30 de novembro de 1942, encarregada de transformar a economia de paz, debilitada e desgovernada, em uma economia de guerra efetiva. Apenas as indústrias de tecidos, conservas, artefatos de couro e produtos farmacêuticos produziam excedentes que puderam contribuir com o esforço de guerra aliado.

Na agricultura, a situação era menos grave: o café e o algodão continuavam como esteios da economia. Entretanto, a carência de alimentos castigou a população, e coube às comissões de abastecimento estaduais regularem o racionamento e os preços.¹⁷

O setor dos transportes, que já era precário, foi ainda mais sacrificado, tanto pelas baixas de quase 1/3 da frota mercante, pelos ataques de submarinos, quanto pela escassez de combustíveis. Para o transporte ferroviário, a solu-

ção foi substituir o carvão vegetal pela queima de lenha. Para os transportes rodoviários, foi necessário o racionamento, por meio da adaptação de muitos veículos ao uso do gás-gênio.

A mobilização de mão de obra limitou-se a alguns esforços destinados a atender às Forças Armadas e às batalhas (extrações) da borracha e dos minerais estratégicos. A Batalha da Borracha exigiu a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia,¹⁸ destinado a recrutar efetivos, principalmente oriundos do Nordeste, para a extração do látex, essencial para a fabricação de pneus para aviões.¹⁹

As Forças Armadas estavam desaparelhadas e despreparadas para uma guerra moderna daquela envergadura. O Exército contava com um efetivo aproximado de sessenta mil homens; sua organização, instrução e doutrina de emprego obedeciam, rigorosamente, aos regulamentos franceses, e os armamentos e equipamentos, na sua grande maioria, eram de procedência estrangeira, antiquados, e em número insuficiente para atender às novas exigências.

A Marinha do Brasil, com um efetivo de quatorze mil homens, dispunha somente de dois encouraçados, dois cruzadores, sete contratorpedeiros, um submarino, um navio-tanque, um monitor, dois Tenders, dois navios-hidrográficos, dois navios-auxiliares, quatro navios de Aviso, três navios-mineiros e um navio-escola, em sua maioria, velhos e desaparelhados para batalhas contra unidades mais modernas.

A Aviação Militar do Exército e a Aviação Naval, unificadas pela Força Aérea Brasileira com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 18 de janeiro de 1941, também se ressentiam da falta de aeronaves e equipamentos mais modernos. Possuíam somente algumas aeronaves

Vultee V-11, Fock Wulf, Martin, Wought Corsair, etc., todas obsoletas.²⁰

Os arsenais e as fábricas produziam apenas alguns explosivos e munições e se dedicavam a montar, à custa de muitos esforços, alguns navios ligeiros para a Marinha de Guerra, determinados tipos de aviões de treinamento e de transporte para a Aviação e alguns materiais para o Exército.

A ideia de mobilizar as Forças Armadas somente se tomou realidade quando as ameaças do conflito começaram a se aproximar do Brasil (o Brasil não foi à guerra, ela veio ao Brasil). Tornou-se imperativo apelar para o parque industrial dos Estados Unidos, único país, naquele momento, capaz de atender às necessidades vigentes. Assim, por meio da Lei de Empréstimos e Arrendamentos, Lend-Lease,²¹ conseguiu-se adquirir grande parte dos armamentos, materiais de guerra, equipamentos e munições necessários.

Para o Exército, foram comprados materiais para dois regimentos de artilharia antiaérea e para quatro batalhões anticarros, cerca de 150 peças de artilharia de costa, equipamentos de construção de estradas e metade do material para uma divisão de infantaria e parte do material de uma divisão blindada e de uma divisão motorizada.

Para a Marinha de Guerra, foram adquiridos dezesseis caça-submarinos, oito contratorpedeiros de escolta e um navio de transporte.

Para a Força Aérea, três grupos aéreos, equipados com aeronaves de reconhecimento Ventura, Hudson e Catalina²² e um grupo de bombardeiros médios B-25.

Com conhecimento tecnológico nacional, o Arsenal de Marinha e a Organização Henrique Lage construíram três contrator-

pedeiros, seis caça-submarinos, nove destróieres, dois monitores e sete corvetas para a Esquadra. Além disso, realizaram-se obras de vulto: a instalação da Base Naval de Natal bem como a reforma e construção de quartéis e de estabelecimentos militares diversos por todo o país, para abrigar os novos efetivos.

Toda essa renovação não incluiu os esforços realizados para equipar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o 1º Grupo de Caça,²³ que atuaram na Itália. A mobilização de pessoal para as Forças Armadas foi dificultada pela precariedade das reservas disponíveis.

A Marinha solucionou o problema, destacando os quadros de terra e as guarnições dos velhos encouraçados São Paulo e Minas Gerais para completar os efetivos dos novos navios, além de criar um centro de formação de reservistas em Natal.

À Força Aérea Brasileira coube fornecer à FEB o pessoal necessário para a organização da Esquadilha de Ligação e Observação, prevista na Artilharia Divisionária, com exceção dos observadores aéreos, que seriam oficiais do Exército da arma de Artilharia.²⁴ Aeronáutica convocou pilotos civis em formação nos Estados Unidos. Criou centros de preparação de oficiais da reserva no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e ampliou as matrículas na Escola de Aeronáutica no Campo dos Afonsos. Estimulou o acesso de candidatos à Escola de Especialistas da Aeronáutica, então sediada no Rio de Janeiro, destinada à formação de mecânicos de voo, e contratou, nos Estados Unidos, uma escola técnica para a formação dos especialistas de terra, que foi instalada em São Paulo.

No Exército, o preenchimento dos claros de oficiais, decorrentes da súbita elevação dos efetivos para aproximadamente 180 mil ho-

mens, foi realizado com a aceleração das promoções e da formação de novos profissionais na Escola Militar do Realengo, transferida para Resende em 1944, e nos centros e núcleos de formação de oficiais da reserva, instalados em várias cidades do país.

Foi fechada temporariamente a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais na Vila Militar.

A formação dos graduados passou a ser feita em massa pelas unidades, enquanto a formação de especialistas ficou ao encargo dos centros de instrução especializada, destacando-se o da 1ª Região Militar, mais bem dotada de meios e recursos.

O esforço de guerra brasileiro permitiu também que os americanos construíssem no Norte e no Nordeste — em Belém, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador —, em obediência a acordos firmados, bases aéreas ao lado das antigas instalações nacionais ali existentes.

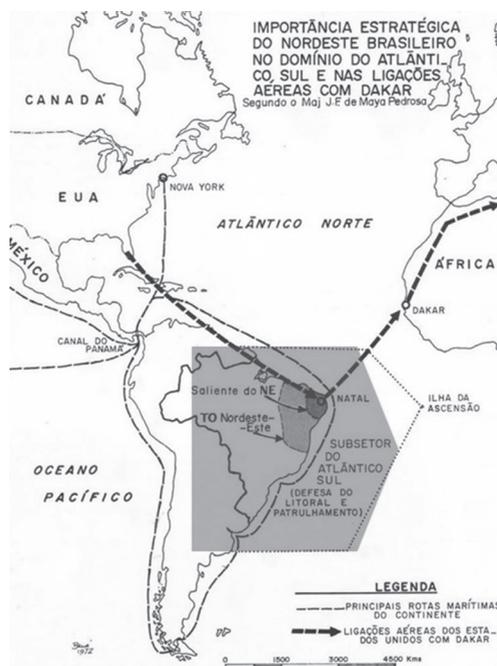


Figura 6 – Importância estratégica do Nordeste

Fonte: AHEx



Figura 7 – Roosevelt em visita a Natal
Fonte: AHEx

Destinavam-se a dar melhor cobertura aérea ao continente, porém, com a rápida evolução dos acontecimentos, transformaram-se em vitais pontos estratégicos para garantia das operações realizadas na África e na Europa. A Base Aérea de Parnamirim, no Rio Grande do Norte, teve tanta

importância para o esforço de guerra aliado que acabou conhecida como “trampolim da vitória”.²⁵

Em fevereiro de 1943, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt, retornando de visita a Casablanca (Marrocos), no Norte da África, esteve em Natal, acompanhado do presidente Getúlio Vargas,²⁶ ocasião em que os presidentes ratificaram os acordos de guerra entre o Brasil e os Estados Unidos.

A mobilização da FEB

Em 9 de agosto de 1943, foi ordenada a organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), enquadrada no V Exército Norte-Americano.

O general João Batista Mascarenhas de Moraes foi designado comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB),²⁷ constituída pela 1ª DIE e pelos órgãos não divisionários (OND), tendo vinculação com o Conselho Superior de



Figura 8 – Organograma da FEB
Fonte: AHEx

Justiça Militar, com o 1º Grupo de Caça e com os Correspondentes de Guerra.

Os órgãos não divisionários eram constituídos por uma Inspetoria-Geral e Estado-Maior na Zona de Interior, sendo designado para inspetor-geral o general Olímpio Falconière da Cunha. Esse órgão não divisionário era composto ainda por um Serviço de Saúde, por uma Agência do Banco do Brasil, por uma Pagadoria Fixa, por Depósito de Intendência, Depósito de Pessoal, Serviço Postal e Seções de Justiça.²⁸

A 1ª DIE foi organizada conforme o modelo norte-americano:²⁹ com Estado-Maior Especial, Estado-Maior Pessoal e Estado-Maior Geral. Os oficiais do Estado-Maior da FEB eram antigos e conceituados instrutores da Escola de Estado-Maior: Ch EM - Cel Floriano de Lima Brayner; E1 - Ten Cel Thales Moutinho da Costa (depois, Ten Cel João da Costa Braga Jr.); E2 - Ten Cel Amaury Kruehl; E3 - Ten Cel Humberto de Alencar Castelo Branco (depois, Ten Cel Adhemar de Queiroz e Maj Hélio Peres Braga); E4 - Maj Aguiinaldo Senna Campos.

A Tropa Especial era constituída basicamente de Elementos de Apoio, destacando-se o enquadramento de um Esquadrão de Reconhecimento. Por constituírem novidades na estrutura organizacional divisionária brasileira, muitos tiveram de ser especialmente criados. O Boletim do Exército Nº 16, de 23 de agosto de 1943, o qual deu a organização da FEB, previa a criação de novas unidades: 1º Esquadrão de Reconhecimento Motomecanizado; Companhia de Manutenção; Companhia de Intendência; Companhia de Quartel-General da 1ª DIE; Pelotão de Polícia Militar (teve por base elementos da Força Pública de São Paulo); Companhia de Comando; Banda de Música Divisionária; Companhia de Transmissões.

A Tropa Especial era constituída pela Infantaria Divisionária, pelo Batalhão de Engenharia, pelo Batalhão de Saúde e pela Artilharia Divisionária.

A Engenharia da FEB foi composta de um Batalhão de Engenharia (9º Batalhão de Engenharia de Aquidauana/MT), o qual era composto de uma Companhia de Comando e Serviços, um Destacamento de Saúde e três Companhias de Engenharia.

O Batalhão de Saúde foi composto de uma Companhia de Triagem e três Companhias de Evacuação.

A Infantaria Divisionária (ID) da 1ª DIE ficou ao comando do general Euclides Zenóbio da Costa, composta de um efetivo de 9.796 homens, com três Regimentos de Infantaria (RI) a 3.250 homens cada, estes compostos de uma Companhia de Comando, uma Companhia de Saúde, uma Companhia de Serviços, uma Companhia de Obuses (seis obuses 105mm), uma Companhia de Canhão Anticarro (nove Can AC 57mm) e três Batalhões de Infantaria (871 homens cada) compostos de uma Companhia de Comando, uma Companhia de Petrechos Pesados (Mtr .30, Mtr .50 e Mrt 81mm) e três Companhias de Fuzileiros (193 homens cada).

Os três Regimentos de Infantaria (RI) eram: 1º RI, do Rio de Janeiro (Regimento Sampaio), 6º RI, de Caçapava (Regimento Ipiranga), e 11º RI, de São João Del Rei (Regimento Tiradentes).

A Artilharia Divisionária (AD) ficou ao comando do general Oswaldo Cordeiro de Farias, composta de uma Bateria de Comando, um Destacamento de Saúde com valor efetivo de 50 homens, um Grupo de Obuses Autorrebocados de 155mm, composto de uma Bateria

de Comando, uma Bateria de Serviços e três Baterias de Obuses, totalizando uma dotação de 12 obuses 155mm, e três grupos de obuses 105mm, a uma Bateria Comando, uma Bateria de Serviços e 3 Baterias de obuses 105mm, totalizando 12 obuses 105mm por grupo, ou seja, 36 obuses de 105mm, os quais, somados aos das Companhias de Obuses dos RI, totalizava 54 obuses de 105mm na Divisão. Compunha ainda a AD uma Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO), dotada de 10 aeronaves Piper Cub L 4H.

A 1ª DIE dispunha de mobilidade tática assegurada por 1.410 viaturas, o que a possibilitava deslocar 1/3 de seu efetivo para cumprir operações contra elementos terrestres de qualquer natureza e aéreos, em voo baixo, em operações de pequena envergadura; atacar qualquer objetivo terrestre numa frente normal de 3.000 metros por RI; defender num setor de 2.500 a 5.000 metros por RI; e realizar pequenas operações de transposição de cursos de água.

Todos os comandantes de unidade eram possuidores do Curso de Estado-Maior e já tinham experiência de comando. Eram comandantes, do 1º RI, Cel Aguinaldo Caiado de Castro; 6º RI, Cel João Segadas Viana (depois Cel Nelson de Melo); 11º RI, Cel Delmiro Pereira de Andrade; I/1º ROAR, Ten Cel Waldemar Levi Cardoso; II/1º ROAR, Cel Geraldo da Camino (depois Ten Cel E. Maurel Filho); I/2º ROAR, Cel José de Souza Carvalho; I/1º RAPC, Ten Cel Hugo Panasco Alvim; 9º BE, Cel José Machado Lopes; 1º BS, Ten Cel Bonifácio Antonio Borba.

A mobilização dos efetivos esbarrou em problemas de difícil solução, alguns dos quais acabaram tornando-se ensinamentos para futuras reformas no sistema de mobilização, depois da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, a Reserva era desprovida de pessoal espe-

cializado para lidar com os novos armamentos, viaturas, equipamentos de guerra química, de comunicações, de engenharia etc., os quais seriam empregados nas operações militares. Em um país de população majoritariamente rural, pobre e de baixa higiene, a alta percentagem de incapazes para o serviço, especialmente por problemas dentários e psicológicos, levou ao abrandamento dos critérios de seleção, para ampliar o universo de selecionados. Ao mesmo tempo, a seleção intelectual deixou a desejar, com a incorporação de centenas de analfabetos. Tudo isso produziu consequências indesejáveis para a habilitação de pessoal.

Os rodízios e substituições excessivos dos elementos incorporados, causados por interesses pessoais em jogo e por motivos de fundo afetivo e emotivo, sobrecarregaram a administração e retardaram a instrução. A falta de preparação psicológica do país para a guerra, cujo povo não chegou a compreender bem as causas que levaram seus filhos a participar de uma campanha externa, prejudicou o voluntariado e agravou o quadro acima.

A mobilização do comando subordinado constituiu um sério problema, principalmente porque o quadro de capitães estava envelhecido. Dessa forma, foram comissionados no posto de capitão primeiros-tenentes das turmas de 1936 e 1937. Assim, o quadro foi renovado, mas com as desvantagens de contar com capitães jovens, inexperientes e, ainda, sem o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Tal medida obrigou a convocação de tenentes e, até mesmo, aspirantes recém-formados na Escola Militar, para o comando de pelotões, esbarrando-se novamente no problema da inexperiência. Além disso, 3% do efetivo de capitães e 36% do efetivo de oficiais subalternos eram da reserva não remu-

nerada e 13% dos oficiais subalternos eram da reserva remunerada.

Concentração da FEB

Inicialmente, a concentração da FEB estava prevista para a cidade de Resende, entretanto acabou efetuando-se em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, ocupando instalações de quartéis já existentes (sem desalojar as unidades que já as ocupavam) ou em quartéis construídos emergencialmente. Tal situação gerou importantes óbices: quartéis com acomodações para 2.000 homens receberam 3.500 homens, criando um ambiente interno desagradável; a disciplina ficou prejudicada pelo congestionamento da tropa; ameaça de grupos de pressão e a propaganda desagregadora e difamatória da 5ª coluna; a instrução ficou prejudicada pelas constantes visitas de autoridades brasileiras e norte-americanas; a proximidade da zona de concentração com os subúrbios e o fácil acesso a São Paulo e Minas Gerais levavam a constantes fugas de soldados desejosos de rever suas famílias, após longos períodos de instrução sem dispensas.

Concluída a concentração, continuavam os óbices de seleção física e recrutamento dos especialistas e artífices. Para tal, foram criados cursos de emergência no Centro de Instrução Especializada.³⁰

Instrução da FEB

A Diretiva Geral Nº 01, de 20 de novembro de 1943, expedia instruções para a comitiva que acompanharia o general Mascarenhas ao Norte da África. O Curso de Estado-Maior

de emergência para oficiais brasileiros na Escola de Comando e Estado-Maior de Leavenworth, os cursos correspondentes — nas escolas de Infantaria (Fort Benning), Artilharia (Fort Sill), Engenharia (Greenville), Material Bélico (Aberdeen), Blindados (Fort Knox) — e o estágio de Estado-Maior da 100ª Divisão Americana em Fort Jackson, de duração de dez dias, não foram suficientes para desenvolver o espírito típico de Estado-Maior em campanha³¹ e nem a formação de instrutores multiplicadores da doutrina norte-americana. Serviu para dar noções e orientações da doutrina diferentes daquelas da Missão Militar Francesa.

A Diretiva Geral de 27 de dezembro de 1943, do Comandante da FEB, previa que a instrução no Brasil seria desenvolvida da seguinte forma: 1º Período de Instrução da DIE, subsequente à fase de reorganização de alguns corpos, de 10 de janeiro a 1º de junho de 1944. A instrução ocorreu em duas fases. Na 1ª Fase, depois da revisão da instrução individual, o objetivo principal consistiu no adestramento e emprego das frações elementares da Arma. Na 2ª Fase, o objetivo principal consistiu no adestramento e emprego da subunidade de cada Arma, fazendo-se também, no âmbito da unidade imediatamente superior.

O Esquadrão de Reconhecimento e a Companhia de Transmissões, nesta fase, não deveriam ultrapassar o emprego de suas frações constitutivas. No fim desse período, os corpos deveriam ter estabelecido uma situação homogênea de instrução para todos os seus elementos.

A instrução comportaria³² instrução comum; aperfeiçoamento e instrução dos graduados; instrução peculiar a cada arma ou serviço; formação de especialistas; instrução da tropa.

O problema crucial para a instrução dos quadros da FEB ficou bem retratado pela observação de Manoel Thomaz Castello Branco, em seu livro *O Brasil na Segunda Grande Guerra*:

cada oficial ou graduado trazia suas convicções, sua bagagem cultural, seus hábitos (decorrentes da doutrina militar francesa adotada pelo EB desde a I GM), de modo que não foi simples desfazer-se desse lastro em proveito do outro (a recém-adotada doutrina militar americana).³³

De modo a superar a carência quase completa de especialistas na reserva convocada, foram executados cursos de instrução especializada no âmbito da FEB, no Centro de Instrução Especializada: de motoristas, mecânicos de automóvel, enfermagem, operadores e mecânicos de rádio, telegrafistas, telefonistas, cozinheiros etc. Mesmo assim, as necessidades não foram totalmente cobertas, e muitas unidades combateram sem alguns de seus especialistas, substituídos por curiosos ou práticos.

No tocante à instrução da tropa, notas de instrução sobre a Doutrina de Emprego do Grupamento Tático (GT) foram elaboradas e distribuídas, já que o aprendizado e a perfeita compreensão do emprego desse novo aspecto da doutrina militar foi uma preocupação constante do comando da FEB. Esta preocupação possibilitou a absorção de diversos ensinamentos a respeito da Divisão de Infantaria, que são: a DI é a “unidade de combate”; o general comandante da DI comanda as diferentes armas e serviços; o papel essencial do comandante da DI é o de combinar a ação das armas; a duração de uma DI no combate se mede pela sua infantaria; a combinação das armas consiste

essencialmente na montagem, de maneira contínua, de sistemas de fogos sucessivos infantaria-artilharia; a DI só é capaz de uma missão simples de cada vez, missão caracterizada por uma só direção de esforço, ao redor da qual gravitam os sistemas de fogos sucessivos.

Também foram incorporados diversos ensinamentos a respeito do Grupamento Tático, como: o GT compreende frações de todas as armas, seja antes da ação, seja em curso da mesma; o GT exige íntima cooperação de grupamentos mistos de infantaria-carros, podendo cumprir as missões de destacamento de segurança ou exploração na ofensiva, de contra-ataque na defensiva e de escalão de retraimento ou de retaguarda na retirada.

Com a proximidade do embarque, o comando da FEB expediu ordens no sentido de que fossem realizadas instruções de embarque e desembarque em transportes ferroviários e marítimos, no segundo caso, realizadas exaustivamente no Morro do Capistrano, em simulação adequada de costado de navio e rede de abordagem.

Um balanço da instrução da FEB no Brasil mostra que ela esbarrou em problemas de diversas ordens, os quais prejudicaram o seu rendimento substancialmente, citando-se: a falta do material norte-americano, que impossibilitou o adestramento da tropa a níveis razoáveis, tanto é que o treinamento de emprego do Grupamento Tático acabou ficando restrito a um único grande exercício no terreno; o pequeno número de instrutores, uma vez que não mais que trinta haviam estagiado nos EUA, e alguns poucos eram norte-americanos, que não falavam português; o empirismo e autodidatismo, decorrente da profusão de novas publicações a respeito da doutrina norte-americana e

das dificuldades do Estado-Maior do Exército em traduzir e divulgar manuais oficiais; a falta de centros de instrução adequados (o Campo de Instrução de Gericinó e o Centro de Instrução Especializada tinham de ser divididos com tropas não expedicionárias do Rio de Janeiro).

A instrução limitou-se principalmente à Ordem Unida, Educação Física (demonstrações de balalaica, ginástica rítmica com armas), marchas e instrução geral. Um dos pontos culminantes da preparação da FEB no Brasil foi um grande desfile realizado no Rio de Janeiro. Tão esperado pela população, mas foi realizado sem que a maioria da tropa pudesse portar o armamento e o equipamento que seriam usados no TO da Itália. Foi realizada uma demonstração de tiro da Artilharia Divisionária (AD), no Campo de Instrução de Gericinó, acompanhada pelo presidente Getúlio Vargas.

Em resumo, as palavras do próprio marechal Mascarenhas de Moraes, em seu livro *A FEB pelo seu comandante*, definiram muito bem a situação de instrução da FEB ao partir do Brasil para sua grandiosa missão:

Seus três primeiros escalões de embarque, integrantes da 1ª DIE, chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos partiram do Brasil praticamente sem instrução.³⁴

Diante da precariedade da instrução no Brasil, partir rumo ao TO, onde havia condições, recursos e facilidades não existentes no país, representou uma oportunidade para desenvolver a instrução da tropa. Desta forma, a FEB embarcou para a Itália em cinco escalões³⁵ sucessivos, de aproximadamente cinco mil homens cada, o primeiro em 2 de julho de 1944, comandado pelo Gen Mascarenhas,

e o último, em 8 de fevereiro de 1945, cujo efetivo, em sua maioria, era de elementos do Depósito de Pessoal. No primeiro escalão de embarque, que tinha por base o 6º RI, somente o general Mascarenhas conhecia o destino da FEB, constituindo-se uma surpresa geral o desembarque em Nápoles, na Itália.

Ao chegar à Itália, a FEB deparou com uma situação extremamente desfavorável por parte das Forças Aliadas (FA), as quais perderam enormes efetivos em função das necessidades das operações na França e na Grécia. Desta forma, naquele momento, as FA contavam com apenas 20 divisões enquadradas pelo XV Grupo de Exércitos (general *sir* Harold Alexander) contra 26 divisões alemãs e duas italianas, pertencentes ao Grupo de Exército do marechal alemão Albert Kesselring. O aparente equilíbrio de forças em termos de efetivos era rompido quando consideradas as vantagens que as forças do Eixo tiravam do terreno acidentado, extremamente favorável a suas operações defensivas. Tal situação iria empenhar a FEB em largas frentes, em missões diversificadas, a despeito das dificuldades de sua preparação e de seu treinamento.

Durante o primeiro mês após o desembarque, o 1º escalão esteve em Bagnoli. Pouco se avançou no adestramento militar, novamente pelo atraso na entrega do material bélico. Por isso, visando manter a forma física, a disciplina e a coesão, apenas fizeram-se práticas desportivas, marchas, sessões de ordem unida e instrução geral.

Em 4 de agosto de 1944, já em Tarquinia, o 1º escalão foi incorporado ao V Ex NA, articulando-se da seguinte forma: Comando e escalão avançado do QG 1ª DIE, ao encargo do general Mascarenhas de Moraes; Tropa Especial e Grupamento Tático, ao encargo do general Zenóbio da Costa.

Com o recebimento do material bélico, a FEB pôde finalmente dar início à sua instrução na Itália, efetuando-se a montagem e a instrução de funcionamento dos novos armamentos individuais e coletivos e exercícios de tiro com armamento individual, coletivo etc.

Especial importância foi dada à formação e treinamento de motoristas,³⁶ criando-se uma escola de motoristas para esse fim, já que, devido à grande dificuldade imposta pelas más condições das estradas, aliada ao despreparo dos motoristas, grande percentagem de baixas na FEB foi ocasionada por acidentes com viaturas.

No que se refere à instrução de oficiais e graduados, foram realizados estágios na linha de frente, nas 34ª e 88ª DI norte-americanas e ainda, cursos para capitães e tenentes na Escola Americana de Treinamento e Comando de Pelotão (Leadership and Battle Training School), Santa Ágata Dei Gotti, Caserta.

Um fato curioso a apontar é que os uniformes dos brasileiros tinham uma cor muito parecida com a dos uniformes alemães, o que causou alguns sustos e problemas quando os oficiais e graduados se apresentaram para seus estágios na linha de frente. Ressalte-se que, nesses estágios, todos se saíram muito bem, muitos recebendo elogios pelo desempenho.³⁷

O último exercício de combate antes da entrada da FEB em ação teve início a 10 de setembro de 1944, em VADA, com uma duração de 36 horas, constando de uma marcha de 36km e de um ataque coordenado do 6º RI com apoio de fogo do I/2º ROAR (com efetivo total aproximado de 4.000 homens). A arbitragem ficou a cargo de 270 oficiais NA.³⁸ Uma visão geral das observações feitas pela arbitragem conduz à seguinte síntese: muito boa a conduta e a tomada de decisões pelos diversos esca-

lões de comando; a conduta da tropa deixou a desejar no tocante à disciplina de luzes e ruídos.

Quando da preparação de sua subunidade para o Exercício em Vada, o então capitão Ernani Ayrosa da Silva foi severamente criticado pelo coronel Matheus (assessor norte-americano): “com este exercício, o senhor naturalmente irá para Hollywood fazer filmes, mas não irá para a guerra”. Capitão Ayrosa percebeu que todo o desencontro consistia na aplicação dos princípios da instrução militar francesa no ataque que os brasileiros estavam realizando; de acordo com a instrução francesa, identificando o inimigo, fazia-se uma neutralização com tiros de artilharia, metralhadoras e morteiros e, em seguida, partia-se para o ataque frontalmente. Pela filosofia americana, identificava-se o inimigo, realizava-se uma neutralização, em seguida a tropa atacava procurando desbordar, pela direita ou pela esquerda, furtando-se aos efeitos dos tiros inimigos e coroadando o ataque, normalmente, com uma operação no flanco inimigo.

Decidiu o capitão que, no último ensaio, os morteiros e as metralhadoras que acompanhavam os fuzileiros no movimento de desbordamento teriam seus tiros regulados sobre os alvos e seriam deixados nas posições, camuflados pela vegetação. Uma sentinela seria destacada para assegurar a manutenção das armas durante a noite. No dia seguinte, foi desencadeado o tiro real com as armas reguladas na jornada anterior, com resultados surpreendentes. Chamado pelo general Mark Clark, admirado pela eficácia do tiro dos brasileiros, este lhe disse que a capacidade dos brasileiros de se adaptarem ao material novo era fantástica e que esperava muito dos brasileiros dali para frente.

Capitão Ayrosa comenta em seu livro, *Memórias de um soldado*: “...o que poderia pare-

cer agora um engodo não muito ético foi, na ocasião, um valioso elemento de elevação da vontade de luta dos nossos homens”.

Com a chegada do grosso da FEB à Itália, o Depósito de Pessoal e Material em Staffoli foi transformado em Centro de Instrução e Recompletamento, comandado pelo coronel Mário Travassos, com instrutores formados em centros de instrução americanos, que se especializaram na instrução de minas, de transmissões, de esquiadores, de cozinheiros, e de outras especialidades.

O desenrolar das operações traria novos ensinamentos, e a Diretiva Geral Nº 8 do Comandante da FEB previa para a instrução tática, entre outras medidas: a intensificação do treinamento de patrulhas; a manutenção no tempo e espaço da ligação da infantaria com a artilharia; a conduta da tropa no

objetivo conquistado, prevendo sempre o contra-ataque do inimigo (visando à repetição da técnica germânica de pretender recuperar uma posição, mediante o emprego de contra-ataque por tropas decididas e adestradas); a focalização dos principais ensinamentos extraídos dos malogrados ataques a Monte Castelo.

Mesmo com o adiantar da instrução, o Depósito de Pessoal da FEB, na 2ª semana de dezembro de 1944, somente pôde fornecer à 1ª DIE, no prazo de uma quinzena, 750 combatentes, mesmo assim em sofríveis condições.

A FEB cumpriu muito bem com suas missões e recebeu os mais efusivos elogios dos norte-americanos, citando-a como exemplo a ser seguido e recebeu do povo italiano o título de “Libertadores” enaltecidos e cultuados até os dias de hoje. 🌐

Referências

BIOSCA, Fernando Lavaquiel. **A Intendência no TO da Itália**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Volumes 155 e156. 1949.

BONALUME, Ricardo Neto. **A Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate (1942-1945)**. Rio de Janeiro-RJ. Ed Expressão e Cultura. 1995.

BOUCSEIN, Heinrich . **Bombardeiros, Caças e Guerrilheiros**; Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

BRAYNER, Mal Floriano de Lima. **A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália**, Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803.

CAMPOS, Aguinaldo Senna. **Com a FEB na Itália – E4 da FEB**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, 1970.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960.

CRITTENBERGER, de Willis D. **Campanha ao Noroeste da Itália – Cmt do IV Corpo de Exército**; Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

MEMÓRIAS do Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes. Prefácio do Gen Meira Mattos, Coleção Documentos Brasileiros, Volume II, Biblioteca do Exército em coedição com a Livraria José

Olímpio Editora, 1969.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005.

PAES, Gen Walter de Menezes. **Lenda Azul – Atuação do 3º Batalhão do Regimento Sampaio na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

RAMOS, José de Oliveira. **A Epopéia dos Apeninos** – Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947.

REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 – Edição Especial em português e italiano – 70 Anos da FEB. BIBLIEx.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Artigo compilado pelo autor, de outros trabalhos apresentados pela revista A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, no livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, e A FEB pelo seu Comandante, de João Baptista Mascarenhas de Moraes.

² Do livro A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália, Mal Floriano de Lima Brayner. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803. Depoimento germânico oportuno. 531 a 535p.

³ Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939, estabeleceu as Regras de Neutralidade, cujo extrato está no livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 35 e 36p.

⁴ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 45p.

⁵ Do livro A FEB pelo seu Comandante, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 24p.

⁶ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 47p.

⁷ Do livro O Brasil na II Grande Guerra; de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Sessão de encerramento da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas - 48p.

⁸ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 52p.

⁹ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Os oito comandantes são: Cmt do Cabedelo, Pedro Veloso da Silveira; Cmt do Cairú, José Moreira Pequeno; Cmt do Piave, Renato Ferreira da Silva; Cmt do Araraquara, Lauro Augusto Teixeira de Freitas; Cmt do Osório, Almiro Galdino de Carvalho; Cmt do Antonico, Américo de Moura Neves; Cmt do Tutóia, Acácio de Araújo Faria; e Cmt do Bajé, Arthur Monteiro Guimarães. 54/55p.

¹⁰ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Declaração do Estado de Guerra em todo o território Nacional de acordo com os artigos 74, letra K e 171 da Constituição Federal do Brasil. 61 e 62p.

¹¹ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Mobilização Geral. 62p.

¹² Do livro Ricardo Bonalume Neto A Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate (1942-1945). Rio de Janeiro-RJ. Ed Expressão e Cultura. 1995. 34 e 35p.

¹³ Do livro O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca

- do Exército. 1960. ZI – Zona do Interior e ZG – Zona de Guerra. 105p.
- ¹⁴ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Plano de Defesa do Teatro de Operações. 107p.
- ¹⁵ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Defesa do Nordeste Brasileiro - Esboço nº4. 112 a 114p.
- ¹⁶ O qual emprestou seu nome ao Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF), atual gráfica do Exército.
- ¹⁷ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 73p.
- ¹⁸ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. 74p.
- ¹⁹ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial – português e italiano – 70 Anos da FEB. BIBLIEx. Soldados da Borracha 11 a 17p.
- ²⁰ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Criação do Ministério da Aeronáutica. 78p.
- ²¹ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIEx. 8 a 10p.
- ²² Aviões Catalina usados contra os submarinos alemães e italianos que atuavam no litoral brasileiro.
- ²³ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Criação do 1º Grupo de Caça. 79p.
- ²⁴ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIEx. 51p.
- ²⁵ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIEx. Trampolim da Vitória 21p.
- ²⁶ REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português – 70 Anos da FEB. BIBLIEx. Figura Nº 2 da página 10.
- ²⁷ Do livro *Com a FEB na Itália – E4 da FEB*, Aguinaldo Senna Campos. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, 1970. 24 a 29p.
- ²⁸ Do livro *A Epopéia dos Apeninos*, José de Oliveira Ramos. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947. 134 a 156p.
- ²⁹ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Organização da FEB. P 126 a 134.
- ³⁰ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 33p.
- ³¹ Do livro *A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália*, Mal Floriano de Lima Brayner. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803. Instrução da tropa. 47 e 54p.
- ³² Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Instrução da tropa. 146 a 150p.
- ³³ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Doutrina Militar Francesa. 147p.
- ³⁴ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 55 a 58p.
- ³⁵ Do livro *O Brasil na II Grande Guerra*, de Manoel Thomaz Castelo Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Escalões da FEB. 167 a 169p.
- ³⁶ Do livro *A Epopéia dos Apeninos*, José de Oliveira Ramos.– Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947. 129p.
- ³⁷ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes.. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 54p.
- ³⁸ Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes.. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 55 a 58p.